

A Relação Social de Sexo Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão*

*Danièle Kergoat*¹

Resumo: Análise das especificidades e tensões presentes nas relações sociais de uma forma geral e nas relações sociais de sexo de forma particular, localizando um grande desafio para melhor compreendê-las - o universo do trabalho, enquanto “produção de vivência”, além mesmo do assalariamento ou profissionalização. O conceito de qualificação é tomado como tema de discussão para melhor elucidar as tensões nos processos de legitimação no trabalho, observadas nos universos masculinos e femininos.

Palavras-chave: Relações de gênero, trabalho, qualificação, relações sociais.

Abstract: Analysis of the specifics and tensions present in social relations of a general form and in the social relations of Sex in particular, localized a great challenge for a better comprehension.

Key-words: Relation of gender, work, qualification, social relations.

Falar das “relações sociais de sexo” “em si” comporta um risco de solipsismo, pois é grande o perigo de se erigir um edifício conceitual perfeitamente isolado na paisagem sociológica, desconsiderando outras relações sociais que tecem, com as relações sociais de sexo, a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica.

Por sinal, os grupos e os indivíduos resistem a essa tentação analítica e suas práticas nos chamam insistentemente à ordem: os seres humanos não agem - e nunca vivem - sob o prisma de uma única relação social; restringir suas práticas a uma única perspectiva, qualquer que seja, significa privar-se das chaves de acesso a todo e qualquer entendimento das riquezas, isto é das ambivalências e ambigüidades das práticas sociais. Em outras palavras, é buscar um princípio de repetição onde há abundância, complexidade e inventividade.

*. Tradução de Alain François

1. Directrice de Recherche GERS-Groupe d'Études sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail. Iresco / CNRS

Não será possível, nos limites de um artigo, passarmos pelo desvio epistemológico que, entretanto, teria sido necessário para esse conceito de relação social. Essa noção é não apenas pouco trabalhada em sociologia como também restrita, com muita frequência, às relações sociais de produção tomadas na conotação mais economicista possível. Logo, apenas nos escoraremos rapidamente em alguns autores franceses.

Apenas num segundo tempo, portanto, abordaremos as relações sociais de sexo - no plural, para retomar a expressão consagrada em língua francesa embora tivesse sido mais correto, pelo menos na perspectiva que adotamos, recorrer ao singular: a relação social de sexo. Tentaremos precisar seus contornos e sobretudo seus desafios², modalizada em torno do conceito de divisão sexual do trabalho.

Num terceiro tempo, voltaremos à própria definição de relação social para abordar o problema do deslocamento dos desafios e, em última instância, da subversão das relações sociais. Para tanto, tomaremos o exemplo da qualificação, peça chave do conceito de trabalho e de relação salarial, para mostrar como ela se constrói de modo radicalmente diferente, tanto na relação aos outros quanto na relação a si mesmo e na confrontação com o material, no caso dos homens e no das mulheres.

Tentaremos mostrar que a construção desta, na sua tríplice dimensão, faz parte do mínimo de condições materiais e simbólicas necessárias para não apenas resistir, mas também construir coletivos de luta e assim reformular o que está em jogo na referida relação social e mais ainda desestruturá/reestruturá-la. Para ilustrar essa questão, voltaremos ao que temos chamado de “paradigma da enfermeira coordenada”.

Esse percurso analítico em forma de espiral tentará mostrar não apenas os mecanismos de reprodução social como também os das lutas larvadas ou abertas contra a dominação, uma espiral que desembocará, portanto, na utopia.

Do Conceito de Relação Social às Relações Sociais de Sexo

Começaremos com dois corpora de propostas. Primeiro o de Maurice Godelier, para quem “os homens não apenas vivem em sociedade, mas produzem sociedade para viver; no decorrer de sua existência inventam novas maneiras de pensar e agir sobre si mesmos assim como sobre a natureza quem os cerca.” (1984). No entanto, M. Godelier interessa-se menos pela definição da relação social do que pelas relações sociais de produção “dominantes”: “relações sociais dominam quando funcionam ao mesmo tempo como relações sociais de produção e como âmbito e suporte social do processo material de apropriação da natureza”. Philippe Zarifian, por sua vez, fala em “produção social do viver humano” (1997) e propõe a seguinte definição: “a relação social é uma confrontação socializante. A socialização sempre tem dois lados: ela é ao mesmo tempo produção de pertencimentos e geração de separações”.

Essas são as indagações da regulação e da integração social que, atualmente, dominam no pensamento sociológico. Entretanto, as relações entre homens e mulheres – independentemente da terminologia empregada: relações sociais de sexo, gênero ou relações de gênero – não entram, a não ser marginalmente, nesse campo epistemológico.

2. Desafio foi a palavra escolhida para traduzir o francês “enjeu”, que não tem equivalente em língua portuguesa (Nota do tradutor)

Homens e mulheres coexistem continuamente, vivem juntos e “produzem viver” juntos³. Contudo, a teoria do laço social está longe de conseguir dar conta, por si só, do real observável: as violências (físicas e simbólicas) são cotidianas, o grupo dos homens legisla, em nome do universal, a vida do grupo das mulheres, explora seu trabalho profissional e ainda extorpe delas trabalho extra (o trabalho doméstico). O fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres cedam “por amor” nada muda à dura realidade dos fatos.

No entanto, são também grupos produtores de pertencimento, de solidariedade, de reconhecimento mútuo, mesmo se os processos dessa produção são muito diferentes segundo se está no grupo dos dominados ou no dos dominantes (Mathieu, 1991). Voltaremos a esse ponto mais abaixo.

Lembramos rapidamente esse pano de fundo teórico para chegar mais facilmente a um conjunto de propostas que delineiam os contornos de nossa definição de relação social: a relação social pode ser assimilada a uma “tensão” que perpassa a sociedade; tensão esta que se cristaliza, paulatinamente, em desafios em torno dos quais, para produzir sociedade, para reproduzi-la ou “inventar novos modos de pensar e agir”, os seres humanos estão em confronto permanente. Esses são os desafios constituintes dos grupos sociais. Estes últimos não são dados de antemão, criam-se em torno desses desafios pela dinâmica das relações sociais. Finalmente, as relações sociais são múltiplas e nenhuma delas determina a totalidade do campo que estrutura. Juntas tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica: elas são consubstanciais.

Logo, a noção de relação social remete ao mesmo tempo a um princípio de geração (as relações sociais produzem e reproduzem, pela mediação dos desafios, as práticas sociais que, por sua vez, agem sobre as tensões que são as relações sociais) e a um princípio heurístico (as relações sociais servem para compreender as práticas observadas).

Ao passarmos para o nível das relações sociais de sexo, encontramos as mesmas características: os grupos sexuais não são o produto de destinos biológicos⁴ mas antes constructos sociais; esses grupos constroem-se por tensão, oposição, antagonismo, em torno de um desafio, o do trabalho. As relações sociais de sexo têm uma base material embora tenham, também, uma base ideativa: qualquer poder, dizia Foucault, precisa de um saber; neste caso, o naturalismo serve de ideologia de legitimação, de “doxa de sexo” como diria Monique Haicault (2000). Elas podem ser periodizadas, fazem a História assim como as outras relações sociais. Essas relações sociais se fundamentam primeiro e antes de mais nada sobre uma relação hierárquica entre os sexos; trata-se mesmo de uma relação de poder, de uma relação de “classe” (Guillaumin, 1992) - e não de um simples princípio de “classificação”.

Entretanto, embora a relação social de sexo tenha a mesma natureza que as outras relações sociais (elas são consubstanciais), ela tem suas características próprias: perpassa

3. É, por sinal, uma das especificidades dessa relação social: as mulheres não são segregadas, como os outros grupos dominados; elas estão inscritas no conjunto dos sistemas sociais de idade, de classe, de raça. Ver. os trabalhos de Goffman a esse respeito. In: Winkin (1995). Essa situação tem uma série de conseqüências entre as quais o fato de as mulheres não poderem, como os outros oprimidos, reservar-se um espaço próprio, coletivo ou individual.
4. A esse respeito, é preciso remeter a toda a literatura anglo-saxã e francesa que desconstruiu a bipolaridade dos sexos masculino e feminino. Sobre a relação entre sexo biológico e sexo social, ver, em particular, Peyre, Wiels e Fonton (1991) assim como Peyre e Wiels (1997) e Mathieu (2000).

a totalidade do espaço-tempo conhecido e as segregações que opera têm formas particulares (ver nota 1), etc.

A Divisão Sexual do Trabalho⁵

O trabalho é, a nosso ver, o desafio das relações sociais de sexo. Não se trata aqui apenas do trabalho assalariado ou mesmo profissional mas de trabalho enquanto “produção de vivência”⁶. Ele tem, nesse texto, um duplo estatuto:

- No plano coletivo, esse conceito de trabalho inclui não apenas o trabalho profissional (quer seja assalariado ou não, comercial ou não, formal ou não) como também o trabalho doméstico (que excede em muito as tarefas domésticas para incluir os cuidados corporais e afetivos para com os filhos, o acompanhamento de sua escolaridade e até sua produção física⁷). Este não se caracteriza por uma acréscimo de tarefas mas quer como “modo de produção doméstica” (Delphy, 1998), quer como uma “relação de serviço” – a disponibilidade permanente do tempo das mulheres para o serviço da família e mais amplamente dos parentes –, relação considerada como característica do processo de trabalho doméstico (Fougeyrollas-Schwebel, 2000):

- No plano individual, recuperamos a idéia de que a atividade de trabalho é produção de si: “Trabalhar, não é apenas transformar o mundo, é também transformar a si mesmo, produzir a si mesmo.” (Dejours, 1998). O que implica que não se pode pensar o trabalho, inclusive sociologicamente, sem levar em conta a subjetividade⁸.

Vemos bem, então, como, pelo fio do “trabalho” assim redefinido, consegue-se apreender nas malhas da análise campos tão tradicionalmente afastados do assalariado como, por exemplo, a norma da heterossexualidade.

A divisão sexual do trabalho caracteriza-se pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva assim como, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc).

Essa forma de divisão social tem dois princípios organizadores:

- o princípio de separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres)
- o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher).

O fato desses dois princípios organizadores se encontrarem em todas as sociedades conhecidas e de serem legitimados pela ideologia naturalista, não quer dizer, contudo, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Pelo contrário, suas modalidades concretas variam muito no tempo e no espaço como demonstraram etnólogos/as e historiadores/as.

O Deslocamento dos Desafios

A extrema variabilidade das modalidades da divisão sexual do trabalho é essencial para nosso propósito pois, assim, pode-se pensar e estudar ao mesmo tempo tanto os

5. Para uma apresentação mais exaustiva, ver, em particular, Kergoat (1998)

6. Segundo a expressão empregada por Hirata e Zarifian (2000)

7. Neste ponto, ver Tabet (1998)

8. Desde seus primórdios, os trabalhos em termos de relações sociais de sexo insistiram sobre a transdisciplinaridade, que deve indispensavelmente ser implementada para construirmos nossos objetos de pesquisa. Evocamos aqui a psicologia, mas é sempre preciso convocar também a história, a filosofia, a ergonomia, a economia, etc.

fenômenos de reprodução social quanto os deslocamentos e rupturas desta e, portanto, a emergência de novas configurações que podem tender a questionar a própria existência dessa divisão.

Desse modo, conseguimos sair do face a face grupo dos homens/grupo das mulheres (face a face teorizado por meio da “complementaridade dos papéis” *versus* “a guerra dos sexos”), tensão que, posta nestes termos, não pode senão enclausurar-nos numa problemática da dominação, da reprodução idêntica das relações sociais e de suas modalidades. Por sinal, independentemente do ponto de vista que adotarmos, pensar em termos de “guerra dos sexos” não faz sentido: os dominantes – os homens, no caso – não “lutam” (embora isto tenha acontecido) contra as mulheres; o que fazem, é dirigir, remodelar incessantemente, em favor de seus interesses, as relações sociais de sexo por meio de seu desafio, a divisão sexual do trabalho (como atestam amplamente, embora isto seria matéria para um outro artigo, os reajustes constantes, ao longo da história, das políticas sociais e familiares).

É portanto preciso, agora, ver como as tensões vinculadas às relações sociais podem se deslocar e em que condições.

Um Deslocamento Difícil

Como exemplo, nos apoiaremos, aqui, sobre um conceito primeiro em sociologia do trabalho, o de qualificação. Este exemplo oferece a vantagem de remeter a uma noção muito expressiva para todos e todas, e que é percebida como bem conhecida e dominada, tanto pelos militantes quanto pelos intelectuais, mesmo se ela continua sendo objeto de debates acalorados, sendo a controvérsia qualificação/competência uma ilustração disto.

Entretanto, sua desconstrução pela problemática das relações sociais de sexo torna esse problema singularmente opaco ao revelar que a construção individual e coletiva da relação à qualificação ocorre de modo radicalmente diferente no casos dos homens e no das mulheres, que ela não pode ser compreendida sem a intervenção da subjetividade⁹ e que ela implode a distinção política entre privado e público. Em suma, essa abordagem implica uma reviravolta radical das fronteiras disciplinares e das categorias tradicionais do pensamento político.

Para os homens, o trabalho assalariado é “natural”, coextensivo da virilidade. Ou, em outras palavras, o conceito de trabalho foi pensado de modo coextensivo ao de virilidade. Então (e estamos esquematizando ao máximo), o trabalho em geral e a qualificação em particular podem desembocar na constituição de coletivos. Não dizemos aqui que isto seja fácil mas apenas que não há solução de continuidade entre grupo dos homens/trabalho/qualificação/virilidade¹⁰.

No grupo social das mulheres, as coisas são bem diferentes. No casos destas, autodefinir-se e mostrar-se, individual e coletivamente, como “qualificadas” é um processo extrema-

9. Neste último ponto, ver a segunda edição de “Travail, usure mentale” (Dejours, 1993) que articula os desafios subjetivos e o trabalho em torno dos três pólos do triângulo “ego, real, outrem”. Ver também Hirata et Kergoat (1988)

10. E é isso mesmo que explica a configuração muito particular, de um ponto de visto de gênero, do movimento operário e de sua história. “A virilidade designa a expressão coletiva e individual da dominação masculina” (Molinier, 2000). Pode-se “desdobrar” esse conceito aqui. O leitor poderá conferir o artigo de Dejours (1988) que, numa perspectiva psicanalítica, distingue masculinidade e virilidade, assim como a obra de Mosse (1997).

mente complexo. Para demonstrar isto, tomaremos dois exemplos: o das enfermeiras (exemplo típico de ofício feminino) e, na base dos trabalhos de Livia Scheller (1996), o das motoristas de ônibus (ofício considerado como masculino).

As qualificações exercidas pelas mulheres são raramente reconhecidas enquanto tais. Como dissemos, o valor atribuído ao trabalho de uma mulher é sempre inferior àquele atribuído ao trabalho de um homem. Ora, e Pierre Naville (1956) insistia nisto, é o valor socialmente atribuído a um trabalho que, em parte, fundamenta a qualificação: *Obviamente, quanto mais o trabalho for resultado de uma aquisição, mais aparece como qualificado. Quanto mais ele for o efeito de capacidades que podemos chamar de naturais, menos é qualificado.* Precisamos aprofundar esse raciocínio e enfatizar dois pontos:

1º) Essas qualidades ditas “naturais” são díspares em função dos sexos, uma vez que umas são muito mais valorizadas (senso da competição, agressividade, vontade de poder, força física...) do que outras (senso das relações, meiguice, “instinto” materno, dedicação, minúcia...).

2º) É preciso opor qualidades e qualificação; além do mais, à essa primeira oposição, é preciso acrescentar a seguinte: a qualificação masculina, individual e coletiva, é construída socialmente; as qualidades femininas remetem ao indivíduo ou ao gênero feminino (ou antes ao gênero tal como se incarna em cada “indivíduo”), e são adquiridas por meio de um aprendizado erroneamente vivenciado como individual, por ocorrer na esfera dita do privado¹¹; assim, elas não são valorizadas socialmente. Daí uma relação de força em sua desvantagem com os empregadores, e sabemos que é destes também que a qualificação vai resultar.

É, portanto, um verdadeiro “desaprendizado” que as mulheres devem empreender para poderem reivindicar coletivamente o reconhecimento de sua qualificação e, eventualmente, entrar em luta.

A Longa Marcha: das “Qualidades Femininas” à Reivindicação de Qualificação

Primeiro exemplo: o das motoristas de ônibus

Estamos aqui num universo construído historicamente por e para os homens. Nele, o protocolo de contratação é o mesmo para todos; uns e outros têm portanto, formalmente, uma qualificação equivalente. Contudo, nada feito quanto à admissão de mulheres no grupo; em outras palavras, nada feito quanto à igualdade:

Logo, temos de provar que somos como eles, embora tenhamos cursado nas mesmas escolas, passado nos mesmos concursos, tirado a mesma carteira de motorista: entretanto, é preciso conseguir que nos aceitem e, além do mais, ficarmos um pouco dominadas, isto é, fazer com que acreditem que nos dominam, logo representar tudo isto. Mas um dia ou outro vem o estresse: eu já passei por isto. Surge o estresse e depois vem a depressão.

11. Obviamente, para apoiar esse raciocínio, teria sido preciso, aqui, mostrar como ele se aplica, embora segundo modalidades diferentes em cada caso, à educação, ao diploma e à experiência profissional. É o entrelaçamento dessas três dimensões que reproduz (estamos falando, aqui, do mercado de trabalho) o não reconhecimento maciço das qualificações femininas.

Conseguir ser aceito pelo grupo é uma operação difícil na qual, por sinal, muitas delas fracassam, operação que Livia Scheller chama de “estratégia da arte do responder”.

Pois posso dizer que 5 anos atrás, no primeiro dia que cheguei à garagem... bem, a gente cbega e só tem homens, tá... e é uma mulher que cbega, além do mais jovem ...Quando eu cheguei na sala dos motoristas às 6 da manhã (...) bem, todo mundo olha, quando a gente entra: já, não se fica muito à vontade; depois tem sempre dois ou três caras que soltam umas brincadeiras... No começo, a gente nunca sabe como levar as brincadeiras. E eu posso dizer que senti muito medo: no primeiro dia, eu me perguntei o que ia ser de mim... Depois, mais tarde... entendi.(...) Já era casada, mas eles não se incomodavam: casada, filhos, isto não os detém... Portanto, é preciso mantê-los à distância, mas delicadamente, porque se formos bruscas demais... porque eles falam entre si, os homens, e depois, se ficarmos com a reputação suja, eles dizem ‘aquela é uma babaca’, etc. É preciso aceitar a brincadeira, claro, mas isto é uma questão de índole também...”
(trabalha em turno, 5 anos de empresa, casada, 2 filhos).

Portanto, essa “arte do responder” se resume a aceitar o desafio da provocação sexual retirando-lhe, com humor, sua carga agressiva. Isto faz com que as mulheres finalmente se tornem colegas, acontecimento que vai submetê-las às mesmas regras que os homens.

Mas ser “aceito” pelo grupo não quer dizer entrar no coletivo. Pois este se construiu em torno de “regras de ofício”, duas pedras angulares das quais são a aceitação de horários flexíveis e o dever de fazer respeitar o regulamento pelos passageiros. Quanto a esses dois pontos, homens e mulheres estão em completo descompasso: os horários em turno acarretam para estas contradições acerca de sua vida familiar, contradições que somente podem calar; quanto ao respeito ao regulamento, todos sabemos até que ponto a violência faz parte do cotidiano do ofício, em certas linhas. Diante dessas transgressões, os motoristas reagem de modo muito diferente segundo o sexo: os homens quer, após fazer de tudo para manterem-se calmos, respondem à violência pela violência, quer acabam *implementando um mecanismo para evitar radicalmente todo contato com os usuários. o qual acaba marcando por inteiro a sua relação ao trabalho*; as motoristas, pelo menos boa parte delas, fazem mostra, por sua parte, de *uma capacidade para tolher os comportamentos agressivos de certos usuários do objeto de sua violência: se o motorista sabe passar ileso pela provocação, a agressividade pode ser distanciada ou pelo menos deslocada. O desafio consiste em não sentir-se almejado pessoalmente por essa violência, a não ser como entidade simbólica.* O que revela, segundo Livia Scheller, “as formas sexuadas de uma subjetividade que atua na atividade de trabalho”. Mas as motoristas não verbalizam essas estratégias, entretanto eficientes em muitos casos.

Seu silêncio se deve ao fato delas saberem mais ou menos conscientemente, por um lado, que esses atuações estão menos vinculados a um know-how prescritível do que a um ‘hábito’ feminino de contenção do outro e, por outro lado, que seus colegas homens não suportariam muito ouvir que se pode desmontar com uma brincadeira ou um sorriso que desarma os comportamentos agressivos ou ameaçadores de certos jovens. Portanto, seu silêncio é o fruto de uma escolha de não competitividade com os homens a respeito dos conteúdos de ofício.

Se reinserirmos esse estudo dentro de nosso propósito, veremos, entretanto, que o problema da qualificação não foi mesmo resolvido, uma vez que o que as mulheres realizam para “bem” fazer seu ofício (conduzir e transportar passageiros) é, nesse caso, também reduzido a “qualidades” femininas. Fazer com que estas alcancem o grau de novos critérios de qualificação, a seus olhos e aos olhos de suas colegas femininas, suporia todo um trabalho de clivagem simbólica (ser socialmente uma mulher/ser uma motorista de ônibus) que elas não podem efetuar de modo solitário (L. Scheller nota que não existe coletivo feminino¹²). E mesmo se esse trabalho fosse realizado, restaria entrar em conflito com seus colegas masculinos para fazer com que admitam que os conteúdos do ofício são mais amplos do que eles supõem, que se deve integrar à “qualificação” os saberes de que o grupo das motoristas é portador.

Segundo exemplo: o das enfermeiras¹³

O movimento das enfermeiras sustentou-se pela reivindicação do reconhecimento de sua qualificação. Pois se a representação social desta é muito mais valorizadora do que a de muitas outras mulheres, muitas ambigüidades permanecem, contudo, tanto a respeito das qualidades/qualificações exigidas delas quanto acerca da maneira como as próprias enfermeiras vivem sua qualificação.

A fonte dessa ambigüidade reside na história da profissão: quem fala em religiosas fala em vocação, a qual postula uma relação imediata, quase visceral, com a profissão.

A primeira ruptura que se deve operar é, portanto, com a vocação. Embora isto tenha ocorrido há muito tempo, essa ideologia perdura, atualmente, na formação ou nos textos jurídicos que definem o exercício profissional.

Logo, estamos diante de uma profissão maciçamente feminizada na qual os papéis sociais pedidos às trabalhadoras são: papéis femininos que remetem, como para a imensa maioria da mão de obra feminina, a qualidades mais do que a qualificações; e papéis que remetem, além do mais, a qualidades individuais, à pessoa da trabalhadora.

Isto, conseqüentemente, dificulta muito a construção da noção de qualificação¹⁴. De fato: não se codificam valores morais: estes não podem ser retribuídos, assim como não se retribuem as “qualidades femininas”; enfim, a noção de qualificação apenas pode escorar-se num coletivo, o qual, no caso, tem como ponto de origem meras “pessoas” que têm ou não qualidades individuais, e não “trabalhadoras”.

Portanto, durante muito tempo permaneceu-se no campo da essência, da educação moral, em suma, do individual. E tudo isto não é negociável: está-se fora da relação salarial, ao passo que a qualificação é, ao contrário, a expressão da relação capital/trabalho num dado momento e é da ordem do coletivo.

Chegamos, assim, à segunda ruptura que se deve operar: a hipótese é que, de saída, essa profissão foi contestada por constituir-se em torno da pessoa enfermeira definida por papéis prescritos, mas que essa contestação, para ter êxito, devia, num primeiro tempo, inscrever a profissão no campo da relação salarial antes de poder, num segundo tem-

12. “A divisão sorrateira que afeta as mulheres é a divisão em indivíduos.” (Collin, 1978)

13. Nossa base, aqui, é um estudo sobre a Coordenação Enfermeira (Kergoat et alii, 1992)

14. Essa situação, a nosso ver, explica que as enfermeiras tenham usado mais a palavra “competência” do que “qualificação” e, mais ainda, que elas tenham falado muito em termos de “identidade”.

po, pensá-la em termos de qualificação. Em outras palavras: a relação à salarização é a passagem obrigatória para que haja construção de uma relação à qualificação, sendo esta a condição necessária para poder negociar salário e estatuto.

A dissociação vida privada/vida profissional foi a exigência necessária para ingressar subjetivamente (coletiva e individualmente) na relação salarial:

Seria bom se se pudesse aprender a ser uma profissional. Se a gente conseguisse separar o que é profissional do que é pessoal... (entrevista coletiva num serviço de noite em oncologia)

Contudo, havia um obstáculo de peso que perdurava mas foi derrubado pela terceira ruptura: a dissociação entre a mulher e a trabalhadora.

No início, enquanto enfermeira, eu levava muito a mal as reflexões dos homens, do tipo: a senhora tem a mão doce, coisas assim. Eu levava isto muito a mal porque não queria misturar, queria ser reconhecida enquanto enfermeira, não enquanto mulher (...). Antes, eu sempre tinha medo. Sabe, quando você é mina, sempre sente medo dos contatos porque os percebe como uma agressão física: não se deve tocar em mim porque significa que querem pegar o meu corpo e isto não suporto. Isto numa época em que ainda sentia necessidade de me afirmar enquanto profissional, enquanto mulher também. Mas agora, quando me dizem isto, uma vez que sei quem sou no plano profissional, num plano puramente individual, eu acredito que não me choco mais (...). (Agora), o intuito é que o paciente diga: sim, isto me faz bem, esse contato me faz bem (...) (enfermeira em serviço de reanimação, 35 anos).

Portanto, as seguintes disjunções ocorreram sucessivamente: negação da vocação, separação clara “vida privada”/vida profissional, separação entre papel feminino e papel profissional.

Somente após isto, elas puderam reivindicar uma qualificação, um ofício, que se situem no campo estrito da relação salarial. E um ofício cuja dimensão relacional, que, à seus olhos, constitui o próprio sentido de sua profissão, é construída individual e coletivamente como uma qualificação.

Uma Reformulação do Desafio da Relação Social: “O Paradigma da Enfermeira Coordenada”

Esse problema da qualificação é portanto um obstáculo à passagem do grupo (definido aqui como reunião de indivíduos) ao coletivo. Ora, essa passagem é a condição sine qua non de uma mobilização em torno dos desafios das relações sociais (aqui, o trabalho), mobilização coletiva, a única que possa deslocar a natureza e a configuração desses desafios.

Resta refletir acerca da subversão das relações sociais, isto é a saída do face a face homens/mulheres que pode apenas nos enclausurar numa problemática da dominação.

Sendo a sociologia (também) uma ciência empírica, cabe buscar exemplos concretos, analisar como e quando as coisas ocorrem, para ver que formas essa subversão toma e que deslocamentos (mesmo potenciais ou limitados no tempo) ela opera nas relações sociais de sexo, para o onde ela as remete, que novo espaço ela abre.

Desse modo, as enfermeiras coordenadas têm demonstrado a capacidade do grupo social mulheres, em certas condições bem precisas, de dar ao desafio-trabalho (na definição que lhe demos aqui) um conteúdo que desloca as relações sociais de sexo em suas formas atuais: com sua luta, elas delinearam os contornos de uma nova figura salarial feminina que questionou tanto os mecanismos da relação salarial quanto os da relação entre os sexos. É esse último ponto que evocaremos agora por meio da análise dos recursos de que lançaram mão.

As "Regras das Relações de Gênero"

Pode-se distinguir três tempos na história do movimento.

Primeiro tempo: nos primórdios do movimento, as mulheres eram majoritárias (lembramos que a profissão era 80% feminina em 1990) mas os homens estavam onipresentes. Entre eles, muitos são atuais ou ex-militantes sindicais e/ou políticos: sabem redigir um panfleto, implementar comissões de trabalho, tomar a palavra, organizar uma manifestação. A imensa maioria das mulheres nada sabe disto tudo que, além do mais, lhes infunde pavor.

Estava claro, portanto, que se deixassem as coisas assim, todas essas tarefas continuariam, logicamente, cabendo aos homens e a ação coletiva seria dirigida por eles.

Segundo tempo: muito rapidamente, houve uma reação por parte de alguns homens mas sobretudo das mulheres. Cito:

No fim dessa (primeira) assembléia geral, lembro que a gente se olhou com (a amiga que estava perto de mim) e dissemos: 'mas não é possível, você viu o que aconteceu hoje? Temos uma Coordenação Enfermeira, temos projetos, somos 80% de mulheres nessa profissão, e hoje só homens tomaram a palavra!' Estávamos inteiramente gratas porque nos sabíamos incapazes de falar (...) mas afinal, a gente pensou: 'não é possível, a gente precisa fazer algo!'

Um aprendizado voluntarista, coletivo e acelerado do trabalho militante se iniciou então entre as enfermeiras.

Terceiro tempo: implementação de "regras de gestão da *mixité*" (a expressão é nossa). Decide-se que mulheres assumirão: a presidência de todas as Assembléias Gerais; as responsabilidades oficiais exigidas pela forma "associação 1901"¹⁵ da Coordenação (presidência, secretariado, tesouraria); a animação das manifestações (sonorização, tomada de palavra); e a direção dos serviços de segurança; finalmente, serão mulheres que aparecerão de modo prioritário nas mídias.

Portanto, foram implementadas regras que formavam um sistema, regras que tendiam a substituir-se ao jogo livre da divisão sexual do trabalho militante e das relações de dominação. E isto funcionou, uma vez que as mulheres não foram expulsas a medida que subiram na pirâmide organizacional (o que vai na contramão do constatado em todos os outros lugares); e até pelo contrário: é no Diretório Nacional que elas estão mais numero-

15. A lei de 1901 rege, na França, as associações sem fins lucrativos (Nota do tradutor)

sas. Finalmente, elas impuseram, em todos os níveis do movimento o que poderíamos chamar de formas femininas de convívio e contribuíram assim para a integração do movimento.

Logo, são mesmo as relações de sexo (através, mais particularmente, da divisão sexual do trabalho militante) que passaram por um raio X num espaço-tempo particular e isto graças à instauração voluntarista de “regras das relações do gênero” aplicáveis a qualquer momento e lugar do movimento. É graças a elas que mulheres exerceram o poder durante o movimento.

Um Poder no Feminino

Entretanto, esse “poder” é particular. Quatro observações se impõem.

Primeira observação: trata-se ao mesmo tempo de um poder conquistado e atribuído. Atribuído pois são sobretudo homens que as ajudaram a apropriar-se dos recursos de conhecimento e ação; isto não é novidade no movimento operário, mas essa passagem dos saberes e práticas sempre ocorria entre homens. Contudo, o essencial aqui, é que esse poder foi atribuído coletivamente às mulheres e não *individualmente* a uma ou algumas mulher(es) particularmente brilhante(s) ou “meritória(s)”.

Segunda observação: a mistidade surge aqui como a condição necessária para o exercício do poder por mulheres e como instrumento para transformar as relações de poder. Daí o postulado de que, pelo menos no âmbito das lutas, a condição necessária (mas não suficiente) para uma relativa igualdade de acesso ao poder supõe que as mulheres sejam quantitativamente muito majoritárias.

Terceira observação: as mulheres não se serviram da relação de forças que lhes era favorável para interpelar as instâncias masculinas (sindicais em particular); em momento algum isto foi uma máquina de guerra dirigida contra os homens e suas práticas. Pelo contrário, esse acesso ao poder serviu para fazer florescer a atuação das próprias mulheres e permitir a existência dessa ação. Simultaneamente, ele lhes possibilitou sair do relativo (i. e.: pensar-se em relação aos homens) e, desse modo, seu acesso ao universal como atestam a formulação, por essas mulheres, de reivindicações nas quais os homens se reconheceram plenamente e que retomaram para si.

Quarta observação: o poder de que se trata aqui é um poder cujo exercício não está relacionado à dominação. Antes, trata-se de um poder difuso, não concentrado, coletivo e, entretanto, esse *poder plural* foi operacional e serviu eficientemente a ação.

A mistidade tem mesmo, ao que parece, um poder subversivo. Contudo, falta ainda definir de que “mistidade” estamos falando: não se trata da simples co-presença de grupos sexuais mas de uma “verdadeira” mistidade na qual as mulheres não são mais – tanto objetiva quanto subjetivamente – na ilegitimidade em relação ao poder. O que supõe que as mulheres sejam nela quantitativamente muito majoritárias; pois isto passa pela instauração de um relação de força. E esta não decorre mecanicamente de cotas ou de paridade: ela deve ser construída.

O movimento das enfermeiras mostrou que era possível.

Françoise Collin (1978, op. cit.) dizia, mais ou menos nestes termos, que as relações sociais de sexo criaram uma “identidade feminina” que dispensa e até impede as mulhe-

res de inventar suas práticas, de inventar-se. Bloquear a capacidade individual e coletiva de invenção de si, significa sujeitar o grupo dominado. No caso das mulheres, este estado dos fatos remonta tão longe no tempo e é tão difundido no planeta que é difícil imaginar, pensar que um outro mundo seja possível.

Entretanto, pelo menos por um tempo, as enfermeiras passaram do “eu” ao “nós”. Elas se tornaram um sujeito coletivo produtor de sentido, ator de sua própria história. Ao fazerem isto, elas saíram da figura da feminidade imposta para se tornarem mulheres que têm o poder de agir sobre a construção e o desenvolvimento das relações sociais. Através delas, o grupo social mulheres apropriou-se de outras maneiras de pensar e de fazer, de outras formas de “produção social da existência humana”.

Elas nos ajudaram a pensar a utopia.

Referências Bibliográficas

- Collin, Françoise (1978). No man's land: Réflexions sur “l'esclavage volontaire” des femmes. In: Macchiochi Maria (dir.), *Les femmes et leurs maîtres*. Paris: Christian Bourgois, p. 261-278.
- Dejours, Christophe (1988). Le masculin entre sexualité et société. In: *Adolescence*, t. 6, n°1, p. 89-116.
- _____. (1998). ‘Travailler’ n’est pas ‘déroger’. In: *Travailler*, n°1, p. 5-12.
- Delphy, Christine (1998). *L'ennemi principal*, 1: *Economie politique du patriarcat*. Paris: Syllepse (rééd. d'articles publiés depuis 1970).
- Fougeyrollas-Schwebel, Dominique (2000). Travail domestique. In: Hirata, H.; Laborie, F.; Le Doare, H.; Senotier, D. (Coord.) *Dictionnaire critique du féminisme*, Paris: PUF, p. 235-240.
- Godelier, Maurice (1984). *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard.
- Guillaumin, Colette (1992). *Sexe, race et pratique de pouvoir. L'idée de Nature*. Paris: Côté-Femmes «Recherches» (textes de 1977 a 1992).
- Haicault, Monique (2000). *L'expérience sociale du quotidien. Corps, espace, temps*. Canada: Les Presses de l'Université d'Ottawa.
- Hirata, Helena; Kergoat, Danièle (1988). Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In: C. Dejours (dir.). *Plaisir et souffrance au travail*, t. II, Paris: AOCIP, p. 131-163.
- Hirata, Helena; Zarifian, Philippe (2000). Travail (le concept de). In: *Dictionnaire critique du féminisme*, Paris: PUF, p. 230-235.
- Kergoat, Danièle (1998). La division du travail entre les sexes. In: Kergoat J., Boutet J., Jacot H., Linhart D. (dir.). *Le monde du travail*, Paris: La Découverte / Syros, p. 319-324.
- _____. Imbert, Françoise; Le Doare, Hélène; Senotier, Danièle (1992). *Les infirmières et leur coordination (1988-1989)*. Paris: Lamarre.
- Mathieu, Nicole-Claude (1991). *L'anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté-Femmes «Recherches» (textes de 1971 à 1989).
- Mathieu, Nicole-Claude (2000). Sexe et genre. In: *Dictionnaire critique du féminisme*, Paris: PUF, p. 191-200.
- Molinier, Pascale (2000). Virilité défensive, masculinité créatrice. In: *Travail, genre et sociétés*, n°3, p.25-44.

- Mosse, George L. (1997). *L'image de l'homme. L'invention de la virilité moderne*. Paris: Editions Abbeville.
- Naville, Pierre (1956). *Essai sur la qualification du travail*, Paris: Librairie Marcel Rivière et Cie.
- Peyre, Evelyne; Wiels, Joëlle; Fonton, Michèle (1991). Sexe biologique et sexe social. In: *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*. Paris: Editions du CNRS, p. 27-50.
- Peyre, Evelyne; Wiels, Joëlle (1997). Le sexe biologique et sa relation au sexe social. In: *Les Temps Modernes*, n° 593, p. 12-48.
- Scheller, Livia (1996). *Les bus ont-ils un sexe? Les femmes machinistes: approche psychodynamique de la division sexuelle à la RATP*. Rapport de recherche, Département du Développement Perspectives Et Recherches Societales, RATP, n°108.
- Tabet, Paola (1998). *La construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps*. Paris: L'Harmattan «Bibliothèque du féminisme».
- Winkin, Y. (1995). L'arrangement entre les sexes selon Goffman. In: *La place des femmes. Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*. Ephesia, Paris: La Découverte «Recherches».